

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.877 - SP (2019/0293621-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADO** : EDMILSON USSUY E SOUZA - SP296143  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E  
URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU  
**ADVOGADOS** : LEONARDO FURQUIM DE FARIA - SP307731  
MANOELA RIBEIRO BORGES NOGUEIRA - SP385458  
**AGRAVADO** : MARIA APARECIDA BARBOSA MONTEIRO  
**ADVOGADO** : TAMIRES CARDOSO - SP381249

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DO DEVIDO COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO DE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU. CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Na origem, Maria Aparecida Barbosa Monteiro ajuizou ação declaratória de inexistência de débito contra Companhia de Seguros do Estado de São Paulo e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU. Esclareceu que seu falecido marido, Manoel Alves de Moraes, celebrou com a CDHU contrato de promessa de venda e compra do imóvel, que previu o pagamento de indenização securitária em caso de morte, sendo o saldo devedor liquidado em razão do falecimento do adquirente. Informou que seu marido faleceu em 25/06/2006, sendo providenciada a comunicação do sinistro junto à CDHU. Contudo, apenas em 2015 houve resposta da seguradora negando o pagamento. Por tais motivos, postulou a declaração de inexistência da dívida, bem como a emissão dos documentos necessários para que possa ser realizada a escrituração do imóvel em seu nome.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido inicial para: a)

declarar inexistente a dívida referente ao contrato celebrado entre o *de cujus* e a requerida CDHU e; b) condenar a requerida CDHU a cumprir, no prazo de 30 dias, a obrigação de fazer concernente a dar quitação total, em favor da autora, do saldo devedor do contrato, emitindo a documentação necessária para a escrituração do imóvel em nome da autora, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), limitada inicialmente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Interposta apelação, a Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade, negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 210):

ACÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. OBRIGAÇÃO DE FAZER. Pretensão de declaração de quitação das obrigações assumidas por compromissário comprador de imóvel em face da CDHU e COSEP, bem como adoção das providências necessárias à regularização registral. Ocorrência de sinistro. Falecimento do comprador. Procedência. Irresignação das rés. Legitimidade passiva da CDHU configurada. Corré que, além de escolher e contratar a seguradora (corré COSESP), também assumiu a responsabilidade quanto ao envio da comunicação do sinistro à seguradora. Postura da corré CDHU que se revelou desidiosa, haja vista que reteve os documentos encaminhados pela viúva do mutuário por longo período antes de encaminhá-los à corré COSESP, tendo contribuído para a negativa de pagamento da indenização securitária. Legitimidade passiva verificada. Prescrição da pretensão autoral não consumada. Sinistro que foi devidamente notificado à CDHU poucos meses após o falecimento do mutuário (2006), sendo que esta última corré adotou postura inerte quanto ao envio dos documentos e comunicações à seguradora COSEP. Incidência da Súmula 229 do STJ. Prazo prescricional decenal (art. 205 do Código Civil) que foi suspenso pela comunicação do sinistro e só voltou a correr até a negativa do pagamento de indenização securitária (no ano de 2015). Demanda que foi ajuizada no ano de 2017, isto é, dentro do lapso prescricional. Demonstrada a ocorrência do sinistro, bem como a devida comunicação às rés. Pagamento da indenização securitária e quitação das prestações do imóvel, com a adoção de providências necessárias à regularização registral, que são de rigor. Sentença mantida. Recursos desprovidos.

Nas razões do recurso especial, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU alegou dissídio jurisprudencial no que se refere a sua ausência de legitimidade para dar quitação integral ao financiamento.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 267-273).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Irresignada, a recorrente interpõe agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 301).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A interposição do recurso especial pela alínea *c* exige a indicação do dispositivo legal tipo por violado e a comprovação do dissídio jurisprudencial. Ora, é indispensável realizar o necessário cotejo analítico, bem como demonstrar a similitude fática entre os julgados trazidos a confronto. Ademais, salienta-se que a mera transcrição de ementas ou de passagens dos arestos indicados como paradigma, como ocorreu *in casu*, não atende aos requisitos dos arts. 541, *caput*, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Para a comprovação do dissídio jurisprudencial, mister o confronto analítico entre as teses supostamente divergentes, não bastando a simples transcrição das ementas dos precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EAREsp n. 1.244.104/SP. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, DJe 16/4/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. INCIDENTE DE REMOÇÃO DE INVENTARIANTE. PEDIDO REJEITADO. APELO NOBRE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO INEXISTENTE.

PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUNAL A QUO QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NOS FATOS DA CAUSA. REFORMA DO JULGADO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

1. (...)

4. Não se mostra configurado o dissídio interpretativo, pois o recorrente limitou-se a transcrever trechos das ementas dos julgados apontados como paradigmas, sem, contudo, realizar o cotejo analítico e demonstrar a similitude fática no escopo de comprovar a divergência apontada. Descumprimento do disposto no art. 255, § 2º, do Regimento Interno do STJ.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 610788 / SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte ora recorrida em 1% do valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator